



RGS
00815/2017

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

REQUERIMENTO Nº 815, DE 2017
(Do Senador Renan Calheiros e outros)

A publicação
Em 27/09/17
Jo

Requer-se a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados da Administração Pública direta e indireta, de todos Poderes e órgãos independentes, aí incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, em desacordo com o teto constitucional (“supersalários”), bem como para estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma dos arts. 74, III, 145 e seguintes, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete Senadores titulares e sete suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados da Administração Pública direta e indireta, de todos os Poderes e órgãos independentes, aí incluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista, em desacordo com o teto constitucional (“supersalários”), bem como para estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Fica a previsão orçamentária sobre as despesas necessárias à consecução do inquérito parlamentar estimada em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

JUSTIFICAÇÃO

Lamentavelmente, tem chegado ao domínio público uma infindável série de casos em que o teto constitucional, minuciosamente previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal vem sendo desrespeitado. Foram criados inúmeros subterfúgios disfarçados de "indenização" para que verbas como auxílio-educação, auxílio-moradia, auxílio para cursos de línguas, indenização por acúmulo de varas, prêmio por meta alcançada, distribuição de lucros, entre outras, não só fossem pagos além do teto constitucional, mas também não fossem incluídos para a base de cálculo do Imposto de Renda. Isso, claro, além das verbas de natureza indenizatória que já eram conhecidas, mas que vêm sendo concedidas com nítido abuso, tais como 30 diárias e centenas de horas-extras por mês.

Em Minas Gerais, o demonstrativo de pagamentos registra valores estratosféricos. Na folha de agosto, mais de 100 juízes e desembargadores receberam mais de R\$ 70 mil. Dez desses magistrados receberam valores que variam de R\$ 96 a R\$ 470 mil. Os valores incluem vantagens pessoais, subsídios, adicionais por função de confiança ou cargo em comissão, indenizações e vantagens eventuais.

O Mato Grosso é outro exemplo desses exageros, quando um único juiz estadual recebeu mais de R\$ 500 mil em um único mês. Ao mesmo tempo, descobre-se que a média salarial do Tribunal de Justiça de São Paulo supera os R\$ 90 mil e que os desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco se permitem o pagamento de auxílio-alimentação durante suas férias.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

No Acre, a situação era ainda mais grave porque os magistrados recebiam adicional equivalente a 40% do salário porque tinham curso superior. Esse absurdo foi corrigido pelo ministro Gilmar Mendes, que afirmou são ilegais os atos normativos que concedam benefícios a magistrados sem que estejam estipulados na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O Poder Executivo também é rico em exemplos, particularmente quando vemos as vultosas quantias pagas a título de jetons aos Ministros, Secretários de Estado e outras autoridades por integrarem conselhos de estatais. Há ainda casos em que os salários de diretores de empresas públicas e sociedades de economia mista são inflados com exorbitantes gratificações pagas a servidores públicos que permanecem meses a fio “convocados” para prestar serviço fora de seu local de lotação apenas para ganhar diárias. Muitas vezes, essas diárias são pagas para viagens a locais onde as famílias dos servidores moram e eles mantêm residência.

No Senado Federal, até 2014, a situação não era diferente. Entendia-se que a função comissionada, gratificação paga a quem assumisse cargos de direção, chefia ou assessoramento, não deveria ser contabilizada no teto constitucional, o que fazia com que quase mil servidores extrapolassem os rendimentos de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi necessário um grande esforço administrativo para conseguir adequar essas situações.

Para tratar desse assunto por um prisma legislativo, em 2016 foi constituída uma Comissão Especial do Extrateto, presidida pelo Senador Antonio Anastasia e relatada pela Senadora Kátia Abreu, que fez um excelente trabalho ao propor projetos de lei e



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Renan Calheiros

apoiar uma PEC atacando frontalmente esse problema, além de exortar outros poderes a adotar providências.

Nesse sentido, os Projetos de Lei do Senado 449, 450 e 451, todos de 2016, foram aprovados em dezembro do ano passado no Senado Federal (na Câmara numerados respectivamente como PL 6726/16; PL 6751/2016 e PL 6752/16), mas seguem pendentes de apreciação pela Câmara dos Deputados, ressalvado o recente pedido de urgência para o Projeto 6726/16. A PEC 62/2015 segue ainda pronta para pauta do Plenário do Senado.

A decisão da ministra Carmén Lucia, de tornar mais transparente os valores recebidos pelo Judiciário deve ser exaltada. Entretanto, não resolve o problema, uma vez que não atinge instituições como o Ministério Público, estatais e os demais Poderes. Fato que justifica a necessidade imediata de uma CPI.

Mostra-se imprescindível que o Congresso Nacional legisle de forma definitiva sobre o tema. Mas também é necessário investigar casos em que evidentemente não se verifica uma carência legislativa, mas um claro objetivo de burlar a norma regimental, com pagamento de valores aviltantes. Isso no momento em que se rediscute, para menor, o valor estimado para o salário-mínimo, há cortes sensíveis em programas sociais, em investimentos e custeio. Em tempos de crise, os sacrifícios devem ser compartilhados por todos e, em qualquer caso e em qualquer tempo, cumpridas as regras constitucionais vigentes no país.



Senador RENAN CALHEIROS



Subscritores

No.	NOME	ASSINATURA
2	LINDBERGH	
3	ROUERO JUAN	
4	Loba	
5	Flexa Ribeiro	
6	Azaro José	
7	gleisi Hoffmann	
8	Fabrizio RSCITA	
9	Luiz Inácio Lula da Silva	
10	AN GRACIO ANDREIHO	
11	TASSO JEREISKATI	
12	DAVI ALCOUMBRE	
13	FERNANDO BEZERRA	
14	REINKE	
15	Unicess	
16	William Bezerra	
17	João Medeiros	
18	Wladimir Moraes	
19	Regina Souza	

[Assinatura]

[Assinatura]



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RENAN CALHEIROS

20		AIRTON SAMPAIO
21		DÊNIS BESSA
22		JOSÉ MARANHÃO
23		MAGNO MALTA
24		JOÃO CAPIBERIBE
25		EDMAR FERREIRA
26		JOÃO BAGO BOAL
27		RUY A. B.
28		ROBERTO ROCHA
29		MARIA DO CARMO ALVES
30		OTTO ALENCAR

31-

32-

33-

34-

35-

36-

37

38-

39-

40-

41-

42-

43-

Simone Tebet

TELMAIRIO MOTA

FERNANDO COELHO

Lucia Vânia

Roberto Requias

DARIO BERGER

ATAÍDES OLIVEIRA

José Serra

Lidice da MATA

RANOLTE RODRIGUES

MOTA ABOCU